

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO
COMITÊ GESTOR REGIONAL DE PRIORIZAÇÃO DO PRIMEIRO
GRAU

Data: 18/05/2015

Local: Sala 506-B – Prédio-Sede TRT4

Presenças: Desembargador Francisco Rossal de Araújo (Coordenador); Juízes do Trabalho Ricardo Fioreze, Andréa Saint Pastous Nocchi, Maurício Schmidt Bastos e Rodrigo Trindade de Souza (representante da AMATRA IV); servidores José Américo Ilha de Quadros, Carolina da Silva Ferreira, Gabriel Pacheco dos Santos, Ruy Bittencourt de Almeida Neto, membros do Comitê, e, na condição de convidado, Mário Garrastazu Médici Neto, diretor da Secretaria de Comunicação Social.

Secretário: Igor Ferraz Freiberger (AGE)

Hora de início: 17h

Hora de término: 18h30min

Aos dezoito dias do mês de maio de 2015, às 17 horas, na sala 506-B do Prédio-Sede do TRT4, ocorreu reunião ordinária do Comitê Gestor Regional de Priorização do Primeiro Grau de Jurisdição. Estiveram presentes o Desembargador Francisco Rossal de Araújo, os Juízes do Trabalho Ricardo Fioreze, Andréa Saint Pastous Nocchi, Maurício Schmidt Bastos e Rodrigo Trindade de Souza (representante da AMATRA IV); e os servidores José Américo Ilha de Quadros, Carolina da Silva Ferreira, Gabriel Pacheco dos Santos, Ruy Bittencourt de Almeida Neto e Mário Garrastazu Médici Neto. Ausente a Juíza Maria Silvana Tedesco. Des. Rossal iniciou a reunião lembrando o item único da pauta e informou aos presentes a necessidade de se retirar às 18h em razão de outro compromisso. Lembrou a composição de documentos e manifestações recebidas até o momento sobre o segundo

assistente: proposta da Amatra IV, manifestação dos Juízes do Foro de Rio Grande, manifestação do Sintrajufe e manifestação do Coditra. Propôs o exame pelo Comitê da proposta por itens, mencionando rapidamente alguns elementos: quando será feita a implantação, qual a abrangência, se inclui processos de conhecimento apenas ou conhecimento e execução, se vai tirar da secretaria uma pessoa mas vai oferecer realização de sentenças de execução, prazo de implementação, prazo de avaliação, quais os compromissos (meta de resíduo etc.). Não houve oposição ao exame nessa sequência. Ruy ratificou sua manifestação na reunião anterior, de prejudicial do exame da proposta da Amatra. Lembrou que não fora enviada a ata da última reunião. Des. Rossal iniciou, então, a tomada de manifestações por Ruy. Este disse que entende ser necessário estudar o impacto do PJe na distribuição do trabalho e lembrou a todos que tal estudo já foi mencionado pelo Juiz Marcelo Bergmann como necessário para uma análise mais criteriosa de como redistribuir (se possível), cargos e funções no TRT. Seguiu, dizendo que considera que o comitê não deveria se debruçar sobre uma questão desse tipo sem antes observar quais os problemas e gargalos do Judiciário e que, após análise desses itens, deveria propor soluções. Argumentou que seguir o encaminhamento do exame da proposta, sem o estudo de impacto do PJe não seria um bom andamento do trabalho no comitê. Disse que é necessário ter a “visão geral” do trabalho decorrente do PJe, pois este é mais do que uma nova ferramenta de trabalho, mas uma nova forma de trabalhar. Pediu que os membros do Comitê considerem suas razões para decidir sobre o prosseguimento do exame da proposta. J. Marcelo lembrou que sua manifestação sobre necessidade do estudo de impacto é de dezembro de 2014 e só agora está em pauta, mas que considera que o estudo é importante e necessário, mas que não entende que a

ausência do estudo seria prejudicial ao andamento da análise da proposta para o segundo secretário. Carolina questionou ser necessário definir do que se trata o “estudo de impacto do PJe”, pois em alguns setores isso já é visível e, empiricamente, é possível observar mudanças, como no Protocolo de Porto Alegre, por exemplo. Disse que é preciso iniciar o estudo nos locais que perdem carga de trabalho em razão do PJe, Registrou que sua inferência não diz respeito à área-fim (área judiciária), onde é altamente complexo analisar as mudanças, uma vez que as unidades possuem particularidades na distribuição de trabalho e perfil de servidores, mas sim às áreas de apoio direto ao 1º e 2º graus, conforme divisão que foi exposta pelo Diretor-Geral na última reunião, mencionando os CCDFs, no 1º grau, e Secretarias que compõem a Secretaria-Geral Judiciária (SEGJUD), no 2º grau. Lembrou da experiência do TRF4, de redução das secretarias de turma e realocação de servidores, em decorrência do processo eletrônico, bem como mencionou experiências de outros TRTs, de readaptação dos servidores de Distribuições dos Feitos. J. Rodrigo disse ter certeza da importância dos estudos, que estes não podem ser pontuais e devem ser permanentes. Todavia, entende que os estudos não são impeditivos para o prosseguimento de análise da proposta da Amatra. Comentou que a proposta não é teórica e que foi baseada em dados reais e condições já observadas, do conhecimento já acumulado sobre as rotinas do PJe. J. Maurício disse que vários setores hoje estão obsoletos, como distribuições, protocolo (que, necessariamente, teria que ter seu quadro de servidores), e que ajustes precisam ser feitos. Na área-fim esse estudo deve ser feito, mas acredita que já existam dados que permitam decisões sobre a questão. Concluiu opinando que o estudo é necessário, mas não é prejudicial. J. Andréa manifestou-se ressaltando que, com base em sua experiência na Corregedoria até o

momento, também entende que o estudo é necessário, mas não prejudicial. Registrou que qualquer encaminhamento do Comitê tem caráter de sugestão à Administração. Disse que o estudo pode iniciar com exame dos impactos pontuais, iniciando pelos setores que, essencialmente trabalhavam com processos físicos e que tiveram mudanças, tais como protocolo, distribuições, entre outros, permitindo análise e eventual remanejo não apenas para o segundo assistente, mas para uma melhor distribuição da força de trabalho, de forma geral, com visão institucional. Expôs aos presentes a posição favorável da Corregedora de reforço da estrutura para os juízes, mas que há preocupação preliminar com a estrutura do 1º grau em sentido amplo. J. Fioreze disse que consideraria prejudicial o estudo citado se o comitê precisasse de dados definitivos, mas argumentou que não é esse o caso. Destacou que o comitê tem por objeto melhorar as condições de funcionamento do 1º grau e que, embora respeite a posição do sindicato, considera já existirem dados sobre condições que já se modificaram pelo PJe e que há setores em que já está caracterizado excedente de quadro em face do PJe; reafirmou que a ideia é implementar medidas para melhorar o 1º grau, o que envolve melhorar as unidades em sentido amplo. Referiu que a proposta da Amatra é muito centrada em ajudar o juiz, deixando de observar o 1º grau como um todo. José Américo afirmou que a proposta é legítima e ousada, mas com uma “ponta de egoísmo”. Salientou que a proposta enfrenta um dogma ao questionar a ideia de que a distribuição de força de trabalho não precisa ser mexida. Disse que melhorias são atacadas com estrutura compatível, método de trabalho adequado e capacidade de trabalho eficiente. Destacou que aspectos como dedicação, empenho e método de trabalho não são abordados pela proposta. Argumentou que há disparidades entre magistrados e entre unidades e que, embora a

estrutura seja similar, têm resultados muito díspares e reforçou que isso não foi considerado na proposta. Retomou o argumento da Amatra na última reunião, de que a intenção foi de “tirar uma casquinha” de cada local. Comentou que entende razoável tirar um pouco (“casquinha”) de cada um para obter um melhor resultado e que na proposta há casquinhas de diversos setores, mas que não vê isso aplicado aos juízes nesse caso (não cederiam algo para o resultado institucional, mas apenas recebendo recursos). Lembrou que essa seria a terceira defecção das unidades de 1º grau nos últimos cinco anos: a primeira foi o servidor que atua como o segundo secretário de audiência no regime de lotação; a segunda, a perda da FC-1 da secretaria para viabilizar a equiparação de assistentes de magistrado entre 1º e 2º graus. Gabriel acompanhou a manifestação de José Américo e disse estar ciente de que os gabinetes de 1º grau estão assoberbados, mas salientou que é preciso pensar na unidade judiciária com um todo e registrou que, como diretor, tem essa visão da vara como uma estrutura única, com gabinete, secretaria e sala de audiências integradas. Concluiu que, mesmo nessa lógica, a proposta privilegia em demasia o gabinete, podendo prejudicar os demais núcleos da unidade. Mencionou também as perdas elencadas por José Américo (secretário de audiências e FC1). Comentou que o PJe diminuiu atividade simples, mas aumentou atividades complexas e que as secretarias têm cada vez mais atividades que exigem análise e capacitação dos servidores. Citou, entre as atividades que são do juiz/gabinete, mas que são feitas pelas secretarias, os convênios, despachos complexos, exame e minuta de incidentes, liminares etc. Resumiu comentando que, em sua avaliação, a secretaria tem apenas perdido. Lembrou que na reunião passada, o Diretor-Geral indicou que 60% dos servidores do Tribunal tem FC, ao passo que na secretaria a proporção é bem mais baixa, sendo, em Porto Alegre, de 40%. Falou

que, na forma apresentada, a proposta deixa para a secretaria uma única FC2 para ser designada entre oito servidores que, na atual circunstância, têm atividades cada vez mais complexas. Ponderou que é ciente de que o juiz precisa mais apoio, que não se pode dar esse apoio enxugando a estrutura de e condições da secretaria. Por fim, disse que entende não haver a prejudicial. Des. Rossal retomou a condução dos trabalhos, alertando que as manifestações já entraram no mérito do tema, quando a intenção seria de colher as manifestações sobre a prejudicial de necessidade de estudo prévio do impacto do PJe, proposta por Ruy. Sintetizou as manifestações: todos concordaram que não há prejudicial pela ausência do estudo, mas que é necessário estudo permanente sobre os impactos do PJe e que o comitê poderia encaminhar esse estudo. José Américo esclareceu sua manifestação e disse que também não acha prejudicial, mas que, considerando que a proposta mostra que será necessário mexer nas secretarias e que, por defender que as secretarias não devem ser alteradas, o estudo seria necessário para que seja possível examinar se não é possível retirar servidores e funções de outros lugares antes das secretarias. J. Andréa reiterou que o estudo seria possível em itens pontuais, como as estruturas de apoio referidas por Carolina e propôs que um grupo de trabalho estude o tema. Des. Rossal registrou a deliberação do comitê: **o estudo de impacto do PJe é necessário, deve ser realizado de maneira permanente em razão da complexidade de implementação do PJe e possui dois aspectos para análise: caráter dinâmico (análise da estrutura como um todo e repercussão no quadro de cargos e funções) e caráter estático (estudo das funções dos servidores e de sua forma de trabalho).** Adicionalmente, sugeriu que seja designado setor responsável por este estudo no TRT, mas que entende que a análise pontual seja feita pelo próprio comitê para que

sejam nominadas as origens prioritárias de cargos e funções para viabilizar a implementação do segundo assistente. Ruy retomou a palavra e apresentou um adendo à proposta, com coleta de informações junto aos seguintes estratos: juízes, advogados e servidores. J. Andrea manifestou-se contrária, pois entende que o comitê já tem esses estratos representados, ressaltando os advogados e que entende mais produtivo uma coleta de informações a partir de proposta e não de forma aberta. Registrou que sua observação na Corregedoria é de que, ao contrário do que afirma a Amatra, o volume de trabalho não diminuiu como um todo. Carolina reiterou sua manifestação de que existem setores em que, empiricamente há mudanças, ressaltando, novamente a área-fim (varas e gabinetes) e que há dados sobre setores que possuíam estrutura para, historicamente, receber movimentação de processos físicos em volume que hoje já não justificaria tal estrutura. José Américo questionou sobre o estudo de horário de atendimento ao público. Des. Rossal lembrou que a pauta não trataria do tema e comunicou aos presentes que deveria se retirar para outra reunião, às 18h. Sugeriu aos presentes a continuação do exame da proposta da Amatra na próxima reunião, ante a complexidade dos itens seguintes (conveniência e oportunidade), bem como em razão de não estar presente sua suplente. Sugeriu, ainda, a continuação da reunião sob a coordenação do Juiz Fioreze para analisar os resultados da consulta aos juízes sobre o horário de atendimento. J. Fioreze informou sua impossibilidade de comparecimento na reunião agendada para o dia 25 de maio e que o assento estará vazio, pois J. Andréa estará em férias. Sugerida a data de 27 de maio, 16h. Ruy informou que na data sugerida haverá assembleias de base em todo o Estado, o que prejudicaria sua participação. Definida reunião para 27 de maio, 16h. Amatra e Sintrajufe indicarão outros representantes, caso não possam comparecer. Des.

Rossal retirou-se às 18h15min. J. Fioreze deu seguimento aos trabalhos. Carolina apresentou o resultado da consulta aos juízes Diretores de Foro e titulares de varas únicas: os magistrados foram questionados por formulário eletrônico sobre a proposta de supressão de uma hora no horário de atendimento (10h-11h), a partir do segundo semestre. Foram consultados 56 magistrados, dos quais 16 responderam: 14 concordaram e 2 discordaram. Uma das discordâncias foi apenas quanto à redução de uma hora, opinando o consultado de que a redução deveria ser maior. A outra discordância foi justificada por entender o consultado que o balcão é necessário quando há audiências pela manhã. Gabriel propôs que a redução seja no final não no início do horário. J. Fioreze e J. Andréa lembraram que esse tema já fora discutido, sendo deliberado que a redução no início mantém uniformidade com o horário de encerramento de todas as unidades de atendimento da 4ª Região, bem como que historicamente os advogados não se mostram favoráveis à redução do horário de atendimento ao final do dia. J. Fioreze propôs que o Des. Rossal seja consultado para o próximo passo para o tema: reunião com as entidades da advocacia. Em seguimento, foram debatidos e ajustados outros assuntos pendentes do Comitê: proposta de organização dos trabalhos do Comitê (regulamento interno) será relatada pelos Juízes Marcelo e Maurício; quanto ao estudo sobre cessão de servidores, Carolina organizará o material já recebido para disponibilizar ao Comitê. Próxima reunião dia 27 de maio, 16h. Pauta: proposta Amatra. Reunião encerrada às 18h40min. Ata subscrita pelo servidor Igor Ferraz Freiburger, da Assessoria de Gestão Estratégica, Dados Estatísticos e Apoio às Ações Institucionais.

~~~~~